



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas, equipamentos, veículos comerciais e geradores produzidos pelas empresas do grupo CNH Industrial e de acordo com suas políticas de crédito.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências da Resolução nº 4.557/17 do CMN, e Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo Board, as políticas institucionais e a estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital. Detalhes sobre a estrutura do gerenciamento de riscos e de capital, inclusive quanto ao Adicional de Capital Principal (ACP) e Razão de Alavancagem (RA), podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com

A seguir descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Socioambiental

Atendendo à Resolução nº 4.327/14 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Socioambiental contendo as diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação da Instituição com suas partes interessadas. A política baseia-se nos princípios de proporcionalidade com a natureza da Instituição, a complexidade das atividades e considera também o grau de exposição ao risco socioambiental de suas atividades e operações. A estrutura de Governança da PRSA é composta pela Diretoria e Conselho de Administração; Comitê de Responsabilidade Socioambiental; Diretor responsável pela PRSA; e área de gestão da PRSA.

B) Risco Operacional

Dentro dos princípios da Resolução nº 4.557/2017 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO prevê a participação de diferentes agentes, os quais possuem funções e responsabilidades dispostas da seguinte forma: a) Comitê de Riscos realizado trimestralmente que aborda as perdas operacionais relevantes. É composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e reportes diretos da presidência. b) Uma área de gestão de RO que se subordina diretamente à diretoria de riscos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

C) Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado com a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado envolve um conjunto de práticas e princípios que tem por objetivo identificar, mensurar, acompanhar e controlar as exposições sujeitas às oscilações dos preços de mercado e que, consequentemente, podem originar perdas financeiras.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos / operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (commodities). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o hedge do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas da Instituição; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma equipe específica para a gestão do Risco de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte do gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de Credit Risk Management; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (scores) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe underwriting especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos vigentes.

E) Risco de Liquidez

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

- A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial S.A. era de 12,39%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	Dezembro de 2019
Patrimônio de referência nível I	1.245.472
Capital principal	1.245.472
Patrimônio líquido	1.249.835
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	(4.363)
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	-
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	-
Patrimônio de referência de Nível II	-
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	-
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	-
Patrimônio de referência (a)	1.245.472
Risco de crédito	9.139.747
Risco de mercado	-
Risco operacional	915.940
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	10.055.687
Patrimônio de referência exigido (RWA)	10.055.687
- Índice de Basileia	12,39%
- Índice de Basileia Amplo (inclui RBAN)	11,60%
Capital nível I	12,39%
Capital principal	12,39%
Capital nível II	0,00%
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	12,10%
Margem (PR - PRE - RBAN)	441,018
Adicional de Capital Principal Mínimo (CPMínimo)	251,392
Margem para verificação do Adicional de Capital Principal	441,018
Adicional de Conservação de Capital Principal	251,392
Adicional de Contracíclico de Capital Principal	-
Adicional de Sistêmico de Capital Principal	-
Margem sobre o Adicional de Capital Principal	189,625
Percentual de Restrição	0,00%
Margem Patrimônio de Referência - Rban	189,625

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da Instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital são: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos ao gerenciamento de capital; b) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) Comitê de Funding: composto por membros das áreas de Tesouraria e Diretoria Financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. e Fiat Chrysler Financials, empresa do grupo FCA responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê é responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover mudanças na estratégia de Funding do Banco.

OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 4.433/15, do CMN, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Industrial. Dentro desse cenário, 54,01% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 8,85% ao segmento de construção e 9,89% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 27,26% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 59,10% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do exercício registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e a contribuição social no valor de R\$ 175,218 milhões por lote de mil ações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do exercício, o saldo da provisão considerando honras e off book era de R\$ 317.569 milhões representando 3,14% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 02 de março de 2020.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO				PASSIVO			
	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
CIRCULANTE		5.213.251	4.693.083	CIRCULANTE		3.113.706	2.765.302
Disponibilidades	4	3.912	179	Depósitos	9	1.031.644	634.376
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	281.522	360.977	Depósitos interfinanceiros		971.493	400.107
Aplicações no mercado aberto		161.003	360.977	Depósitos a prazo		60.151	234.269
Aplicações em depósitos interfinanceiros		120.519	-	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	404.056	551.212
Operações de crédito	6.a	4.679.604	3.931.633	Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio		91.120	16.445
Setor privado	6.c	4.853.388	4.118.568	Obrigação por emissão de letras de crédito imobiliário		293.178	456.157
Provisão para perdas em operações de crédito		(173.784)	(186.935)	Obrigação por emissão de letras financeiras		19.758	78.610
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(44)	(351)	Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.592.260	1.521.004
Operações de arrendamento a receber:				Repasses do País - instituições oficiais		1.592.260	1.521.004
Setor privado		2.086	7.280	Instrumentos financeiros derivativos	21	13.672	1.309
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(2.054)	(7.073)			13.672	1.309
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(76)	(558)	Outras obrigações		72.074	57.401
Outros créditos		228.074	374.914	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		184	180
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	189	109	Sociais e estatutárias		9.778	10.132
Diversos	7.a	230.396	485.291	Fiscais e previdenciárias	7.b	42.708	17.308
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(2.511)	(110.486)	Diversas	7.a	19.404	29.781
Outros valores e bens		20.183	25.731				
Outros valores e bens		25.711	26.801	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.913.486	5.017.789
Provisão para desvalorizações		(6.190)	(2.955)	Depósitos	9	595.264	409.700
Despesas antecipadas		662	1.885	Depósitos a prazo		595.264	409.700
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.253.396	4.574.155	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	889.679	326.917
Operações de crédito	6.a	4.988.635	4.366.187	Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio		1.258	-
Setor privado	6.c	5.129.831	4.479.278	Obrigação por emissão de letras de crédito imobiliário		26.664	268.694
Provisão para perdas em operações de crédito		(141.196)	(113.091)	Obrigação por emissão de letras financeiras		861.757	58.223
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(2)	(155)	Obrigações por empréstimos e repasses	11	4.350.362	4.218.090
Operações de arrendamento a receber:				Repasses do País - instituições oficiais		4.350.362	4.218.090
Setor privado		260	2.278	Instrumentos financeiros derivativos	21	30.393	12.347
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(260)	(2.278)			30.393	12.347
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(2)	(155)	Outras obrigações		47.788	50.736
Outros créditos		264.763	208.123	Fiscais e previdenciárias	7.b	7.569	6.112
Diversos	7.a	264.763	208.124	Diversas	7.a	40.219	44.624
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	-	(1)				
PERMANENTE		15.988	36.193	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		205.608	202.111
Investimentos		891	13.159	Resultados de exercícios futuros		205.608	202.111
Participações em coligadas e controladas		-	12.357				
Outros investimentos		891	1.309	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.249.835	1.318.228
Provisão para perdas		-	(507)	Capital - de domiciliados no exterior	14	934.137	934.137
Imobilizado de uso		5.481	5.115	Capital - de domiciliados no País		6.314	6.314
Outras imobilizações de uso		13.652	12.755	Reserva de capital		113.908	113.908
Depreciações acumuladas		(8.171)	(7.640)	Reserva de lucros		210.884	269.875
Imobilizado de arrendamento	8.a	5.253	14.575	Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		(15.408)	(6.006)
Bens arrendados		16.120	30.225				
Superveniência de depreciação		1.889	3.745	Total		10.482.635	9.303.431
Depreciações acumuladas		(13.300)	(19.902)				
Perdas em arrendamento a amortizar		544	507				
Intangível	8.b	4.363	3.344				
Ativos intangíveis		6.319	5.185				
Amortização acumulada		(1.956)	(1.841)				
Total		10.482.635	9.303.431				

**BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	2019		2018
		2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		471.922	933.808	893.043
Operações de crédito	6.a	459.521	897.581	820.089
Operações de arrendamento mercantil	6.b	6.945	15.478	18.771
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	9.022	23.482	42.092
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	(8.968)	(13.959)	(6.718)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		5.402	11.226	18.809
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(290.517)	(621.021)	(525.662)
Captações no mercado	9	(58.084)	(111.055)	(82.614)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(145.462)	(294.818)	(248.330)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(6.392)	(14.131)	(16.092)
Provisão para perdas com créditos		(80.579)	(201.017)	(178.626)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		181.405	312.787	367.381
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(67.906)	(121.300)	(134.070)
Receitas de prestação de serviços		3.262	5.536	4.388
Despesas de pessoal		(23.106)	(45.366)	(48.206)
Outras despesas administrativas	15	(44.847)	(72.888)	(80.049)
Despesas tributárias		(11.536)	(22.901)	(27.061)
Resultado de participações em coligadas e controladas		4.630	8.391	7.491
Outras receitas operacionais	16	6.879	13.444	24.587
Outras despesas operacionais	17	(3.188)	(7.516)	(15.220)
RESULTADO OPERACIONAL		113.499	191.487	233.311
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(2.469)	(1.370)	5.750
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		111.030	190.117	239.061
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	23.266	(9.389)	(70.121)
Imposto de renda corrente		(14.138)	(43.995)	(7.551)
Contribuição social corrente		(9.632)	(27.375)	(6.022)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		47.036	61.981	(56.548)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(2.857)	(5.510)	(5.777)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		131.439	175.218	163.163
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		139,76	186,31	173,49

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais)

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
1 - RECEITAS	402.883	754.465	750.964
Intermediação financeira	471.922	933.808	893.043
Prestação de serviços	3.262	5.536	4.388
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(80.579)	(201.017)	(178.626)
Outras receitas operacionais	6.879	13.444	24.587
Outras receitas não operacionais	1.399	2.694	7.572
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(209.938)	(420.004)	(347.036)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(50.595)	(81.886)	(89.821)
Materiais, energia e outros	(1.853)	(3.903)	(3.637)
Serviços de terceiros	(3.460)	(6.861)	(3.951)
Outras despesas administrativas	(38.226)	(59.542)	(65.191)
Outras despesas operacionais	(3.188)	(7.516)	(15.220)
Outras despesas não operacionais	(3.868)	(4.064)	(1.822)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	142.350	252.575	314.107
5 - DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.040)	(2.027)	(6.636)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4 + 5)	141.310	250.548	307.471
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.630	8.391	7.491
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6 + 7)	145.940	258.939	314.962
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	22.673	43.392	45.667
Remuneração direta	18.183	35.056	37.389
Benefícios	2.798	5.217	5.469
F.G.T.S.	1.692	3.119	2.808
Impostos, taxas e contribuições	(8.440)	39.774	105.499
Federais	(8.752)	39.182	104.765
Estaduais	16	112	137
Municipais	296	480	597
Remuneração de capitais de terceiros	268	555	634
Aluguéis	268	555	634
Remuneração de capitais próprios	131.439	175.218	163.163
Juros sobre o capital próprio	79.209	79.209	89.324
Lucros retidos	52.230	96.009	73.839
Total	145.940	258.939	314.962

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais)

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido	131.439	175.218	163.163
Ajustes ao lucro líquido	48.840	166.325	282.013
Depreciações e amortizações	1.040	2.027	6.636
Depreciação de arrendamento mercantil	3.611	7.841	11.624
Superveniência de depreciação	2.638	5.682	2.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	80.579	201.017	178.626
Provisão para desvalorização - bens não de uso	3.209	3.386	(258)
Provisão para contingências	2.504	4.858	7.882
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(47.037)	(61.982)	56.548
Aumento em resultados de exercícios futuros	2.296	3.496	18.634
Variação em ativos e passivos	30.482	(193.003)	(203.747)
Redução em instrumentos financeiros derivativos (I.F.D.)	14.850	30.409	8.667
(Aumento) em operações de crédito e de arrendamento	(1.665.400)	(1.571.896)	(1.133.706)
Redução / (aumento) em outros créditos	1.243	152.181	(278.692)
Redução / (aumento) em outros valores e bens	766	1.072	(4.650)
(Aumento) em depósitos	978.177	582.832	140.088
Redução em imobilizado de arrendamento	(1.757)	(4.201)	(2.379)
(Aumento) em obrigações por empréstimo e repasses	551.564	203.529	500.648
Redução / (aumento) em outras obrigações	(33.871)	53.871	(106.857)
Impostos pagos	(32.789)	(47.003)	(20.113)
Redução em captação no mercado aberto	220.541	415.605	697.700
Redução em ajuste ao valor de mercado T.V.M.	(2.842)	(9.402)	(4.453)
Caixa líquido originado em atividades operacionais	210.761	148.540	241.429

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação em imobilizado de uso	(1.369)	(1.409)	(606)
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio	1.405	1.090	(4.180)
Alienação de investimentos	16.074	12.270	(7.569)
Baixa / aplicação no ativo intangível	(1.754)	(2.004)	(196)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	14.356	9.947	(12.551)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(234.209)	(234.209)	(214.324)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	(234.209)	(234.209)	(214.324)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(9.092)	(75.722)	14.554
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	294.526	361.156	346.602
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	285.434	285.434	361.156
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(9.092)	(75.722)	14.554

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	Capital social realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros / prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		940.451	113.908	321.036	(1.553)	-	1.373.842
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(4.453)	-	(4.453)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	163.163	163.163
Dividendos pagos		-	-	(125.000)	-	-	(125.000)
Destinações:							
Reserva legal		-	-	8.158	-	(8.158)	-
Reserva outras		-	-	155.005	-	(155.005)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	(89.324)	-	-	(89.324)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		940.451	113.908	269.875	(6.006)	-	1.318.228
Mutações do exercício		-	-	(51.161)	(4.453)	-	(55.614)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		940.451	113.908	269.875	(6.006)	-	1.318.228
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(9.402)	-	(9.402)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	175.218	175.218
Dividendos pagos		-	-	(155.000)	-	-	(155.000)
Destinações:							
Reserva legal		-	-	8.761	-	(8.761)	-
Reserva outras		-	-	166.457	-	(166.457)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	(79.209)	-	-	(79.209)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		940.451	113.908	210.884	(15.408)	-	1.249.835
Mutações do exercício		-	-	(58.991)	(9.402)	-	(68.393)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		940.451	113.908	313.654	(12.566)	-	1.355.447
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(2.842)	-	(2.842)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	131.439	131.439
Dividendos pagos		-	-	(155.000)	-	-	(155.000)
Destinações:							
Reserva legal		-	-	6.572	-	(6.572)	-
Reserva outras		-	-	124.867	-	(124.867)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	(79.209)	-	-	(79.209)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		940.451	113.908	210.884	(15.408)	-	1.249.835
Mutações do semestre		-	-	(102.770)	(2.842)	-	(105.612)

**BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014, conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNEDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Industrial Brasil Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNEDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin America Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2020.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- (b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (d) CPC 03 - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- (f) CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (g) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (i) CPC 24 - Contabilização e Divulgação de Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- (j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- (l) CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos a variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto segundo qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- (I) Das transações que não envolvem caixa;
- (II) De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- (III) De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento / resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("*hedge*") podem ser classificados como:

- I - "*hedge*" de risco de mercado; e
- II - "*hedge*" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "*hedge*" e os respectivos objetos de "*hedge*" são ajustados a valor de mercado, observado o seguinte:

1. Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e
2. Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de *swap* são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "*pro rata*" até a data do balanço.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

k) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "*pro rata temporis*".

l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

m) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15%. Até 2018 a alíquota para contribuição social era de 20%. A nova alíquota da CSLL entrará em vigor a partir de primeiro de março de 2020 voltando a 20%.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

o) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às receitas já recebidas e subsídios da montadora que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "*pro rata*" dia.

p) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido por lote de mil ações foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 31 de dezembro de 2019.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Disponibilidades.....	3.912	179
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5).....	281.522	360.977
Total	285.434	361.156

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Título	2019		2018	
	Circulante até 3 meses	Total	Circulante até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	120.519	120.519	-	-
Operações comprometidas	161.003	161.003	360.977	360.977
Total	281.522	281.522	360.977	360.977

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 23.482 (R\$ 42.092 em 2018).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:**

	2019	2018
Circulante		
Repasse no país - BNEDES FINAME	1.640.913	1.570.905
Empréstimos e financiamentos.....	3.212.475	2.547.663
Provisão para perdas em operações de crédito	(173.784)	(186.935)
Subtotal	4.679.604	3.931.633
Realizável a longo prazo		
Repasse no país - BNEDES FINAME	4.329.103	4.185.266
Empréstimos e financiamentos.....	800.728	294.012
Provisão para perdas em operações de crédito	(141.196)	(113.091)
Subtotal	4.988.635	4.366.187
Total	9.668.239	8.297.820

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apurou receitas com operações de crédito no montante de R\$ 897.581 e receitas com operações de recebíveis com a montadora no montante de R\$ 11.226 (R\$ 820.089 e R\$ 18.809 respectivamente em 2018).

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são apresentados em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	2019	2018
Arrendamentos a receber.....	2.346	9.558
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(2.314)	(9.351)
Bens arrendados (Nota 8.a).....	16.120	30.225
Superveniência / insuficiência de depreciação (Nota 8.a).....	1.889	3.745
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 8.a).....	(13.300)	(19.902)
Perdas a amortizar de arrendamento (Nota 8.a).....	661	925
(-) Amortização acumulada em arrendamento (Nota 8.a).....	(117)	(418)
Cretores por antecipação de valores residuais (Nota 7.a).....	(3.109)	(6.145)
Total	2.176	8.637

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apurou receitas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 15.478 (R\$ 18.771 em 2018) e despesas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 14.131 (R\$ 16.092 em 2018). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 488 (R\$ 1.354 em 2018).

c) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2019	2018
SETOR PRIVADO		
Rural.....	5.438.287	5.015.723
Indústria.....	98.204	29.301
Comércio.....	1.978.436	1.790.568
Serviços.....	2.563.180	2.017.463
Pessoa física.....	24.014	102.500
Total da carteira	10.102.121	8.955.555
CIRCULANTE		
Operações de crédito (6.a).....	4.853.388	4.118.568
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	1.935	6.578
Devedores por compra de valores e bens (7.a).....	116.521	348.851
Créditos por avais e fianças honrados	189	109
Subtotal	4.972.033	4.474.106
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito (6.a).....	5.129.831	4.479.278
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	241	2.058
Devedores por compra de valores e bens (7.a).....	16	113
Subtotal	5.130.088	4.481.449
Total da carteira	10.102.121	8.955.555

**BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honrados, de acordo com os níveis de risco**

Nível de risco	2019				2018			
	Em curso normal		Vencidos		Total		Total	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA.....	1.165.625	-	-	-	1.165.625	-	1.286.275	-
A.....	3.776.815	18.884	-	-	3.776.815	18.884	2.941.308	14.707
B.....	2.613.018	26.130	26.238	262	2.639.256	26.392	2.031.651	20.317
C.....	1.517.098	45.513	45.652	1.370	1.562.750	46.883	1.351.416	40.542
D.....	633.440	63.344	37.716	3.771	671.156	67.115	969.562	96.956
E.....	133.067	39.920	35.938	10.781	169.005	50.701	30.955	9.286
F.....	8.732	4.366	7.084	3.542	15.816	7.908	223.864	111.932
G.....	2.816	1.971	3.891	2.724	6.707	4.695	10.125	7.087
H.....	30.854	30.854	64.137	64.137	94.991	94.991	110.399	110.399
Total	9.881.465	230.982	220.656	86.587	10.102.121	317.569	8.955.555	411.226

A tabela abaixo contempla as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas está registrada no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

Nível de risco	Garantias prestadas - em curso normal - FINAME BNDES			
	2019		2018	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA.....	-	-	347	-
A.....	-	-	466	2
B.....	-	-	394	4
C.....	-	-	152	5
D.....	-	-	107	11
E.....	-	-	-	-
F.....	-	-	-	-
G.....	-	-	-	-
H.....	-	-	112	112
Total	-	-	1.578	134

Em janeiro de 2019, o Banco realizou a recompra das parcelas vencidas e vincendas de contratos de convênio firmados junto a outras instituições financeiras tendo a reversão da provisão para esses contratos no montante de R\$ 134.

e) Provisão para garantias prestadas

O Banco é responsável por recomprar parcelas vencidas e contratos de repasse BNDES FINAME não honrados, conforme contratos de convênios firmados junto a outras instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações e riscos com garantias prestadas pelo Banco montavam R\$ 0 (R\$ 1.578 em 2018). O valor total das garantias prestadas recompradas referentes a essas operações de repasse vencidas montavam R\$ 189 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 109 em 2018) e, estão registradas na conta de "Créditos por avais e fianças honradas". Em 31 de dezembro de 2019, o Banco possui provisão no montante de R\$ 0 (R\$ 134 em 2018), registrada no passivo na conta "Provisão para passivos contingentes" referente às garantias prestadas em curso normal e R\$ 2.511 (R\$ 110.486 em 2018), registrada no ativo na conta "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa" referente aos Títulos e créditos a receber de R\$ 116.521 (Nota 7.a).

f) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	2º semestre de 2019		Exercício de 2019		Exercício de 2018	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do período.....	-	473.473	134	411.226	908	332.593
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos.....	-	80.579	(134)	201.151	(774)	179.400
Parcela utilizada (compensação como prejuízo).....	-	(236.483)	-	(294.808)	-	(100.767)
Saldo final	-	317.569	-	317.569	134	411.226

Os créditos recuperados no exercício somaram R\$ 50.701 (R\$ 81.931 em 2018) e os créditos renegociados somaram R\$ 54.041 (R\$ 37.795 em 2018).

7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Diversos**

	2019	2018
Outros créditos - circulante		
Títulos e créditos a receber.....	116.521	348.851
Créditos tributários (Nota 13.c).....	62.013	47.903
Valores a receber de sociedades ligadas (a) (Nota 18).....	4.076	25.084
Imposto a compensar.....	37.549	48.877
Participações pagas antecipadamente.....	-	1.772
Outros.....	10.237	12.804
Total	230.396	485.291
Outros créditos - longo prazo		
Créditos tributários (Nota 13.c).....	257.493	199.646
Devedores de depósito em garantia.....	7.254	7.208
Títulos e créditos a receber (a).....	16	112
Outros.....	-	1.158
Total	264.763	208.124
Outras obrigações - circulante		
Credores por antecipação de valor residual em garantia.....	2.765	4.681
Parcelas recebidas e não baixadas (b).....	3.106	8.844
Valores a pagar - convênios (Nota 6.f).....	-	134
Provisão para pagamentos a efetuar.....	4.169	2.735
Despesas de pessoal.....	5.760	6.167
Outras despesas administrativas.....	3.604	7.220
Total	19.404	29.781
Outras obrigações - longo prazo		
Valores a pagar - sociedades ligadas.....	1.355	1.355
Provisão para passivos trabalhistas (Nota 20).....	8.763	10.281
Provisão para passivos cíveis (Nota 20).....	8.393	8.434
Provisão para passivos fiscais (Nota 20).....	21.364	23.090
Credores por antecipação de valor residual de garantia.....	344	1.464
Total	40.219	44.624

b) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Fiscais e previdenciárias - circulante		
Impostos e contribuições a recolher.....	42.708	17.308
Total	42.708	17.308
Fiscais e previdenciárias - longo prazo		
Provisão para impostos diferidos (Nota 13.b).....	7.596	6.112
Total	7.596	6.112

(a) Referente à compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de empresas não financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.

(b) O Banco recebeu dos clientes parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilmente, até o encerramento do balanço em 31 de dezembro de 2019. Tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até cinco dias úteis.

8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E INTANGÍVEL**a) Investimentos**

Em 12 de dezembro e 31 de dezembro de 2019, o Banco CNH Industrial Capital S.A. recebeu dividendos nos montantes brutos de R\$ 17.600 e R\$ 3.172 respectivamente da sociedade com a CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Administração e Serviços Ltda. Em 16 de dezembro de 2019, o Banco CNH Industrial Capital S.A. cedeu e transferiu à CNHI Comércio de Peças Ltda. sua participação total na sociedade, correspondente ao total de 99.990 (noventa e nove mil, novecentas e noventa) quotas, representativas de 99,99% do capital da sociedade pelos valores de lucros, sem apuração de lucro/prejuízo na transferência.

b) Imobilizado

	2019	2018
Veículos e afins (Nota 6.b).....	16.120	30.225
Superveniência de depreciação (Nota 6.b).....	9.386	9.413
Insuficiência de depreciação (Nota 6.b).....	(7.497)	(5.668)
Depreciação acumulada (Nota 6.b).....	(13.300)	(19.903)
Perdas em arrendamento a amortizar.....	661	925
Amortização acumulada do diferido.....	(117)	(417)
Total	5.253	14.575
Movimentação da superveniência de depreciação		
Saldo inicial.....	9.413	10.687
Superveniência de depreciação do período.....	523	(6.602)
Prejuízo do período.....	(550)	(340)
Saldo final	9.386	3.475

No período findo em 31 de dezembro de 2019, foram registrados R\$ 523 de superveniência de depreciação (R\$ 6.602 de superveniência de depreciação em 2018) em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

c) Intangível

	2019	2018
Intangível.....	6.319	5.185
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis.....	(1.956)	(1.841)
Total	4.363	3.344
Movimentação do intangível		
Saldo inicial.....	5.185	30.342
Adição / (Baixa) do período.....	1.134	(25.157)
Saldo final	6.319	5.185
Movimentação da amortização		
Saldo inicial.....	(1.841)	(21.556)
Amortização (líquida de reversão) do período.....	(115)	19.715
Saldo final	(1.956)	(1.841)

Em 30 de dezembro de 2013, foi firmado entre o Banco Fidis S.A. e o Banco CNH Industrial Capital S.A. com anuência da Iveco Latin America Ltda., Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, o qual transfere o direito de uso de linha de negócios pelo Fidis ao Banco CNH Industrial Capital S.A., para prestação de serviços financeiros aos Clientes Finais, Concessionários e à Iveco. O valor da operação está sendo amortizado em cinco anos com o prazo contratual correspondendo à taxa de 20% ao ano. Este instrumento Particular de Cessão foi finalizado em 2018.

9. DEPÓSITOS

Título	2019						2018
	Circulante		Exigível a longo prazo				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
CDI*.....	971.493	-	-	-	-	971.493	400.107
CDB*.....	10.443	49.708	62.215	533.049	-	655.415	643.969
Total	981.936	49.708	62.215	533.049	-	1.626.908	1.044.076

(*) A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no exercício foi de 98,14% do CDI (99,18% em 2018)

(*) Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R\$ 111.055 (R\$ 82.614 em 2018).

**BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS, DEBÊNTURES E SIMILARES**

Título	2019			2018
	Circulante	Exigível a longo prazo	Total	Total
LCA	91.120	1.258	92.378	16.445
LF	19.758	861.757	881.515	136.833
LCI	293.178	26.664	319.842	724.851
Total	404.056	889.679	1.293.735	878.129

A taxa média verificada para as operações de letras financeiras, letras de créditos imobiliários e do agronegócio no ano foi de 95,42% do CDI (97,84% em 2018).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 1.592.260 e R\$ 4.350.362 no circulante e não circulante, respectivamente, (R\$ 1.521.004 e R\$ 4.218.090 em 2018) referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2027 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Taxa de Longo Prazo (TLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 294.818 (R\$ 248.330 em 2018).

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Representados por R\$ 205.608 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 202.111 em 2018), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Industrial Capital S.A. e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL**

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social e após as participações	184.607	233.284
Encargos (Imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 15% (25% e 20% em 2018), respectivamente	(73.843)	(104.978)
Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias:	64.454	34.857
Efeito de outra adição / exclusão do exercício	(773)	2.249
Destinação para incentivos fiscais	2.167	436
Variação do diferido (a)	31.815	(8.085)
Efeito de juros sobre o capital próprio	31.683	40.196
Outros ajustes	(438)	61
Imposto de renda e contribuição social devidos	(9.389)	(70.121)

(a) Avaliação do diferido refere-se à nova alíquota da CSLL que entrará em vigor a partir de primeiro de março de 2020, voltando a 20%.

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

Descrição	2019	2018
Provisão para perdas com créditos (a)	284.556	217.312
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CCR)	1.060	942
Provisão para contingências	3.943	4.112
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.785	1.182
COFINS Lei nº 9.718	9.440	8.033
Outros	17.722	15.968
Total do crédito tributário	319.506	247.549
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação	(7.596)	(6.111)
Subtotal	(7.596)	(6.111)
Créditos tributários - líquidos	311.910	241.437

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 142.906 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96 de R\$ 141.650.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2019, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2019	2018
2019	-	47.903
2020	62.013	47.903
2021	71.454	55.936
2022	62.013	47.903
2023	62.013	47.904
2024	62.013	-
Total	319.506	247.549

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 280.881 (R\$ 205.720 em 2018).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado está representado por 940.451.054 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 934.136.865 ações pertencentes à New Holland Limited com sede na Holanda, e 6.314.189 ações da CNH Industrial Latin América Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 31 de dezembro de 2019, foi constituída reserva de lucros no montante de R\$ 175.218 com utilização do lucro líquido do exercício. Deste saldo houve constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro, no montante de R\$ 8.761 (R\$ 8.158 em 2018).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o Banco adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

Em 27 de setembro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de dividendos no montante bruto de R\$ 155.000, oriundos de Lucros registrado na rubrica "reservas especiais de lucros".

Em 26 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 79.209 (R\$ 67.327 líquido do imposto de renda na fonte).

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre		Exercício	
	2019	2019	2019	2018
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	(12.464)	(21.720)	(17.928)	(17.928)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(3.361)	(6.268)	(8.135)	(8.135)
Despesas de processamento de dados	(1.926)	(3.768)	(3.594)	(3.594)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(3.338)	(5.715)	(5.637)	(5.637)
Despesas de viagens e transportes	(1.777)	(2.757)	(2.872)	(2.872)
Despesas de promoções e publicidade (c)	(11.304)	(13.043)	(21.160)	(21.160)
Despesa de serviço do sistema financeiro	(3.960)	(7.223)	(5.344)	(5.344)
Despesas de amortização e depreciação	(1.040)	(2.027)	(6.636)	(6.636)
Despesas de comunicações	(93)	(203)	(236)	(236)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(1.789)	(3.822)	(3.602)	(3.602)
Outras despesas administrativas	(3.795)	(6.342)	(4.905)	(4.905)
Total	(44.847)	(72.888)	(80.049)	(80.049)

(a) Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 10.252 (R\$ 9.906 em 2018) e serviços de análise de crédito R\$ 3.234 (R\$ 3.107 em 2018).

(b) Referem-se substancialmente a serviços de cobrança, no montante de R\$ 1.569 (R\$ 4.075 em 2018) e serviços de remarketing R\$ 4.699 (R\$ 4.059 em 2018) e outros prestadores de serviços.

(c) Referem-se substancialmente a serviços de promoções e relações públicas, no montante de R\$ 12.224 (R\$ 17.790 em 2018) e outros prestadores de serviços, no montante de R\$ 819 (R\$ 3.370 em 2018).

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2019	2019	2019	2018
Outras rendas operacionais	3.188	7.326	9.935	9.935
Recuperação de encargos e despesas (c)	3.691	6.118	14.652	14.652
Total	6.879	13.444	24.587	24.587

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2019	2019	2019	2018
Despesas de fianças bancárias (a)	(99)	(397)	(1.194)	(1.194)
Despesas com provisão para contingências (b)	(2.504)	(4.858)	(7.882)	(7.882)
Despesas descontos concedidos em renegociações	-	-	(54)	(54)
Despesas de vistorias de bens financiados	(144)	(393)	(987)	(987)
Despesas de comissões	-	-	(67)	(67)
Outras despesas operacionais (c)	(441)	(1.868)	(5.036)	(5.036)
Total	(3.188)	(7.516)	(15.220)	(15.220)

(a) O valor refere-se a despesas com fiança bancária garantidora das operações com o BNDES.

(b) O valor refere-se a despesas com provisões para contingências cíveis e trabalhistas.

(c) O valor refere-se à reversão do processo COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º).

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	2º semestre 2019		Exercício 2019		Exercício 2018	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Depósitos (CDB e LCA)	(161.513)	(7.968)	(161.513)	(12.463)	(12.994)	(1.811)
Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda.	-	2	-	(13)	(479)	(5)
CNH Latin America Ltda.	(157.871)	(7.565)	(157.871)	(11.548)	(28)	(1)
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(3.634)	(406)	(3.634)	(902)	(12.480)	(103)
Demais empresas	(8)	1	(8)	-	(7)	-
CNH Industrial NV	-	-	-	-	-	(1.702)
Serviços prestados	(18)	89	(18)	(1.735)	1.492	3.335
Fiat Chrysler Finanças Brasil Ltda.	-	-	-	(1.656)	1.365	3.071
Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.	(18)	89	(18)	(79)	127	264
Outros créditos e obrigações	4.076	5.571	4.076	14.484	25.084	15.510
CNH Industrial NV	-	(84)	-	(338)	-	(1.702)
CNH Latin America Ltda.	4.076	5.655	4.076	14.822	25.084	17.212

19. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada exercício, bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada exercício, e totalizaram no exercício R\$ 5.005 (R\$ 3.470 em 2018). A Instituição não proporciona benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a Diretores, respectivos cônjuges e parentes até 2º grau.

20. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração, na rubrica de "Outras obrigações fiscais e previdenciárias - provisões para contingências fiscais" no montante de R\$ 21.364 (R\$ 23.090 em 2018), na rubrica de "Outras obrigações - provisões para contingências cíveis" no montante de R\$ 8.393 (R\$ 8.434 em 2018) e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias - provisão para contingências trabalhistas", no montante de R\$ 8.763 (R\$ 10.281 em 2018) (Nota 7.b).

Provisões para contingências fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. As principais ações referem-se a:

- O Banco possui provisionado o montante de R\$ 20.978 decorrentes de recebimento referente à restituição da COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º). A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda, visto que o tema depende de apreciação do STF.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizam R\$ 57.488, sendo o seguinte processo:

Pagamento de juros sobre o capital próprio. A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração sobre a glosa dos juros sobre o capital próprio dos anos calendários de 2010, 2011 e 2012 lançados no ano calendário de 2013. O Banco apresentou tempestivamente defesa administrativa, a qual está pendente de decisão.

Provisões para contingências trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 8.763 (R\$ 10.281 em 2018) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências trabalhistas".

**BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**Provisões para contingências cíveis**

São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 8.393 (R\$ 8.434 em 2018) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências cíveis".

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2018.....	23.090	10.281	8.434	41.805
Constituição / Reversão.....	(1.726)	(1.518)	(41)	(3.285)
Atualização monetária.....	-	-	-	-
Baixas por pagamento.....	-	-	-	-
Saldo final em 31/12/2019.....	21.364	8.763	8.393	38.520

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

- (a) **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.
- (b) **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.
- (c) **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos spreads esperados nas referidas operações.

Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na B3 S.A.

a) Instrumentos financeiros derivativos (swap)

	2019			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*).....	814.000	(16.135)	(44.065)	(27.930)
Total	814.000	(16.135)	(44.065)	(27.930)

	2018			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*).....	375.759	(3.647)	(13.656)	(10.009)
Total	375.759	(3.647)	(13.656)	(10.009)

(*) Instrumento financeiro classificado como hedge de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de hedge possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
31/12/2019.....	(13.672)	(27.945)	(2.448)	(44.065)
31/12/2018.....	(1.309)	(12.347)	-	(13.656)

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de hedge. O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor nominal corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nominal corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de hedge.

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap's" e "interest rate" e o VAR ("value at risk"). Quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo CNH Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.

Os instrumentos financeiros derivativos são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como hedge de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

A seguir são apresentados os saldos de reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	2019	2018
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício.....	(27.930)	(10.009)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social.....	12.522	4.003
Ajuste de avaliação patrimonial.....	(15.408)	(6.006)

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de hedge no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

Resumo das operações de swap em aberto na data de 31 de dezembro de 2019

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa 100,00% CDI.....	814.000	849.834
Total	814.000	849.834
Posição passiva - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré.....	814.000	893.899
Total	814.000	893.899
Diferencial - hedge de fluxo de caixa		(44.065)
Valor de mercado		(44.065)

c) Instrumentos e objetos de hedge

Especificação	31/12/2019				Ajuste a valor de mercado
	Valor da curva		Valor de mercado		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Instrumento de hedge					
Swap - DI-PRE.....	849.834	865.969	849.834	893.899	(44.065)
Item objeto de hedge	Valor da curva		Valor de mercado		
CDB / LCI.....	864.770		864.770		
Especificação	31/12/2018				
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ajuste a valor de mercado
Instrumento de hedge					
Swap - DI-PRE.....	386.308	386.955	386.311	399.967	(13.656)
Item objeto de hedge	Valor da curva		Valor de mercado		
CDB / LCI.....	413.512		413.512		

O teste de efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo mostrou-se efetivo.

22. LIMITES OPERACIONAIS

O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 4.193/13, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O Índice de Basileia para 31 de dezembro de 2019 é 12,39% (15,00% em 2018). A redução no Índice de Basileia foi basicamente aumento de portfólio ponderado e distribuição de dividendos no exercício.

DIRETORIA**HEBERSON GOES**
Presidente**FABIOLA TEMPONI**
Diretora**JUCIVALDO FEITOSA**
Diretor**MARCIO CONTRERAS**
Diretor**REGIANNE VASSAO**
Diretora**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****ODDONE INCISA**
Presidente**VILMAR FISTAROL**
Conselheiro**ELIAS MENDES**
Conselheiro**HEBERSON GOES**
Conselheiro**BIANCA BELOTTI**
Conselheira**COMITÊ DE AUDITORIA****FABIOLA TEMPONI**
Presidente**HEBERSON GOES**
Membro**JUCIVALDO FEITOSA**
Membro**REGIANNE VASSAO**
Membro**CONTADORA****CRISTINA SCATOLIN QUIRINO SCHIONTEK**
CRC PR 055.349/O-4 - CPF 006.780.869-74**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA****Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto pelos membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do Banco, da auditoria interna e auditoria independente.

O Comitê de Riscos avalia e supervisiona a aderência às políticas e estratégias de gestão de riscos, assim como propõe alterações quando necessárias.

A área contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos atua visando garantir o adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a Instituição.

A Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A EY é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Atividades

No semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira / contábil, controles internos e compliance, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, segurança cibernética, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.

Conclusão

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da Administração;

A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria;

A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

As demonstrações contábeis de 31/12/2019 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2020.

Comitê de Auditoria

**BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas do Banco CNH Industrial Capital S.A. - Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos*Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019 o saldo bruto de operações de crédito era de R\$ 10.102.121 mil, para o qual foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 317.569 mil. Durante o ano de 2019, o Banco registrou despesas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 201.017 mil.

Consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento significativo aplicado pela Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico, conforme determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, conseqüentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações. Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020.



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6